

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA

1. **Relatório da Diretoria** A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2017, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período. **1.1. Apresentação da Empresa:** A Companhia Riograndense de Mineração – CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, nº 610, em Porto Alegre/RS, com Unidade Mineira em operação durante 2017 no Município de Candiota/RS, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais. **Missão:** Pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado. **Visão:** Ser líder na indústria de extração, beneficiamento e comercialização de carvão mineral do Brasil, preservando o ambiente e se destacando como modelo de empresa pública. **Valores:** Mais do que uma simples declaração de princípios, os valores listados se revelam pelas atitudes e comportamentos que a CRM adota diante dos desafios que enfrenta ao longo de sua existência. Os princípios que guiam a CRM são: • Ética, • Honestidade, • Preservação Ambiental, • Solidariedade, • Transparência, • Qualidade. **1.2. Conjuntura Econômica:** Após dois anos e com uma lenta recuperação, 2017 deixou a recessão para trás em razão, principalmente, do crescimento do emprego ao longo do ano, do aumento do consumo, baixa inflação, queda na taxa de juro e retomada da produção industrial, trazendo expectativas positivas para o futuro. Politicamente, o ano foi difícil com o baixo nível de aprovação do Presidente Michel Temer e seus dois processos de *Impeachment*, além de muitos casos de corrupção no governo. O ano de 2017 também foi marcado por reformas e projetos, como a lei do teto dos gastos e alterações na legislação trabalhista, que terão impacto na economia no decorrer dos próximos anos. Assim, 2017 apresentou 1% de crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, houve um pequeno aumento na atividade econômica e no nível de riqueza do país. A projeção inicial para o período apresentada pelo Banco Central do Brasil era de crescimento de apenas 0,5%. A expectativa é de melhora no crescimento do PIB passando para 2,70% no próximo ano. Porém, o cenário para 2018 será bastante volátil devido às instabilidades no período eleitoral, ao próprio resultado das eleições em outubro, e também à discussão e votação da reforma previdenciária e privatização da Eletrobrás. A taxa média de desocupação em 2017, registrada pelo IBGE, foi 12,7%, aumentando em relação ao ano anterior e sendo a maior da série histórica da pesquisa em 2017. Porém, ao longo de 2017 esta taxa foi ainda mais alta, de 13,7% no primeiro trimestre. A inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulada em 2017, atingiu 2,95%, ficando abaixo da expectativa do Banco Central do Brasil que era de 4,87% para o período. Além disso, o IPCA em 2017 ficou abaixo do limite inferior de tolerância da meta da inflação de 3,00%, definido pela Resolução nº 4.419 do Banco Central do Brasil para 2017. Inflação abaixo do piso da meta nunca aconteceu antes desde a implementação do regime de meta em 1999. Educação, energia, gasolina e planos de saúde subiram muito em 2017, mas pesam pouco no cálculo da inflação. Devido à super safra, alimentos e bebidas, que pesam mais no cálculo, puxaram o índice para baixo. Para 2018 a inflação deve voltar à normalidade, subindo para 3,95%, segundo Relatório Focus. A expectativa para o dólar em 2017 girava em torno de R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos), e o câmbio acabou fechando o ano em R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos). Já a projeção para 2018 não indica grande aumento, ficando em R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos). Em 2017 foi dado início à reforma do setor da mineração através de pacote de três medidas provisórias que objetivavam modernizar o marco regulatório da mineração. Foi aprovada a Medida Provisória nº 789/17 convertida na Lei nº 13.540/17 que alterou o regime da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), mas a alíquota sobre o carvão não foi alterada. Foi aprovada também a Medida Provisória nº 791/17 convertida na Lei nº 13.575/17 que substituiu o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que foi extinto, pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Como a Lei é muito recente e ainda são necessárias várias regulamentações, o DNPM continua atendendo normalmente as demandas da CRM. No entanto, a reforma foi incompleta, pois a Medida Provisória nº 790/17 que alteraria o Código de Mineração não foi votada pelo Congresso Nacional. Para a CRM o ano de 2017 foi marcado pelas difíceis negociações com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Eletrobrás/CGTEE, principal cliente da CRM, e pela nova e drástica redução da quantidade mínima contratada pela CGTEE de 2.500.000 toneladas para 1.200.000 toneladas por ano. Além disso, o empreendimento que envolveria o carvão produzido pela CRM não participou do Leilão de Energia A-6 ocorrido em dezembro de 2017. **1.3. Desenvolvimento Operacional: 1.3.1. Produção e Comercialização:** Durante 2017 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o novo mínimo contratual de 100.000,00 toneladas por mês ou 1.200.000,00 toneladas por ano de carvão CE 3.300 no abastecimento do Complexo Termelétrico de Candiota, de propriedade da CGTEE, quantidade muito abaixo da capacidade instalada da mina. Além da quantidade mínima contratada pela CGTEE, a CRM deve entregar até 860.000 toneladas ao ano para liquidação de estoques. O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

TIPO	2013	2014	2015	2016	2017	VARIAÇÃO % 2017/2016
CE 5200	27.055	34.279	16.892	1.251	0	-100,00%
CE 4700	19.567	31.256	57.255	24.153	0	-100,00%
CE 4500	302	12.538	14.188	9.711	0	-100,00%
CE 4200	33.349	21.257	14.739	4.661	0	-100,00%
CE 3300	3.264.605	3.137.128	3.279.566	2.553.496	1.546.025	-39,45%
CE 4200*	3.469	5.863	0	0	0	0,00%
CE 5500*	6.000	8.951	7.877	3.838	0	-100,00%
ROM	2.969	3.431	23.445	0	0	0,00%
TOTAL	3.357.316	3.254.703	3.413.962	2.597.110	1.546.025	-40,47%

* Finos

1.3.2. Produtividade: A produtividade do exercício de 2017 foi determinada pela redução nas encomendas efetuadas pela CGTEE. O cálculo do Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV do exercício de 2017 manteve os mesmos critérios adotados anteriormente, e associa a quantidade de carvão vendável a todos os colaboradores da Companhia, próprios e terceiros. Com a redução na quantidade de produção, mas a manutenção do número de colaboradores, o índice reduziu bastante em relação aos últimos anos.

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017
Carvão Vendável (t/ano)	3.357.316	3.254.703	3.413.962	2.597.110	1.546.025
Total Homem/dia	108.813	122.123	127.584	116.724	100.934
PCV* (t/H/d)	30,85	26,65	26,76	22,25	15,32

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável

1.4. Desempenho Operacional: Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016	2017	Variação % 2017/2016
Receita Bruta Anual	171.671.942	185.169.567	190.461.891	169.914.601	126.699.417	-25,43%
Receita Líquida Anual	162.404.735	168.291.438	178.796.752	160.317.609	101.064.184	-36,96%
Custos dos Prod. Vendidos	111.338.705	114.788.343	123.758.394	111.107.722	87.356.904	-21,38%
Resultado Bruto	51.066.031	53.503.096	55.038.358	49.209.888	13.707.280	-72,15%
Despesas Operacionais	49.278.782	30.233.440	56.495.517	66.210.864	45.533.380	-31,23%
Res.Oper.antes Res. Financ.	1.787.249	23.269.656	-1.457.159	-17.000.976	-12.502.539	26,46%
Resultado Financeiro	-7.636.708	-8.037.025	-16.709.796	-20.741.778	-19.323.561	6,84%
Resultado Operacional	-5.849.459	15.232.631	-18.166.955	-37.742.754	-31.826.100	15,68%
Investimentos	15.747.558	7.780.208	4.140.137	377.954	287.757	-23,86%

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

2.1. Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais						2.2. Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro					
Ativo	2017		2016		Passivo	2017		2016		Resultado líquido de vendas (nota 2.5.15.a) (-) Custo dos produtos vendidos	Lucro bruto
	141.259	151.579	141.259	151.579		130.607	109.941	130.607	109.941		
Circulante					Circulante						
Disponibilidades (nota 2.3.1)	1.939	6.484			Fornecedores	10.913	6.574				
Contas a receber de clientes (nota 2.5.4.1)	20.489	29.785			Salários e encargos sociais	1.308	1.267				
Créditos tributários (nota 2.5.3)	48.447	42.267			Tributos federais (nota 2.5.13)	3.843	3.836				
Demaís contas a receber (nota 2.5.4.2)	665	5.133			Tributos estaduais e municipais	131	111				
Estoque (nota 2.5.5)	11.307	12.194			Demaís contas a pagar (nota 2.5.10)	26.342	29.126				
Despesas do exercício seguinte (2.5.6)	58.412	55.716			Juros sobre o capital próprio	87.340	68.381				
Não Circulante	265.716	270.426			Dívida com controlada	40	40				
Realizável a longo prazo	23.059	20.413			Acordos Judiciais a pagar	690	606				
Devedores por aquisição de imóveis	20	20			Não Circulante	34.945	39.641				
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.7)	1.755	1.474			Tributos federais (nota 2.5.13)	13.155	15.766				
Outros valores	21.284	18.919			Provisão para contingências (nota 2.5.12)	13.040	14.028				
Investimentos (nota 2.5.8)	104	102			Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.17)	5.278	5.434				
Custo	104	102			Outros créditos	2.987	2.988				
Imobilizado (nota 2.5.9)	241.461	248.664			Acordos judiciais a pagar	485	1.425				
Custo	412.699	412.413			Patrimônio líquido	241.423	272.423				
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(129.656)	(121.914)			Capital social (nota 2.5.14.1)	251.465	251.465				
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)			Reserva de reavaliação (nota 2.5.14.3)	10.316	10.619				
(-) Provisão perda por Impairment	(2.706)	(2.959)			Reserva de Lucros (2.5.23)	-	10.339				
Intangível (nota 2.5.9)	1.092	1.247			Prejuízos Acumulados (2.5.24)	(20.358)	-				
Total	406.975	422.005			Total	406.975	422.005				

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017

Edivilson Meurer Brum Diretor Presidente CPF nº 495.514.420-91	Ricardo Guimarães Moura Diretor Administrativo CPF nº 404.564.390-72	Caio Flávio Q. dos Santos Diretor Técnico CPF nº 399.304.830-04
--	--	---

1.10. Perspectivas: A CRM vem envidando todos os esforços junto à CGTEE para que se tenha um entendimento via processo de arbitragem, porém, todos os esforços se mostraram insuficientes até o momento e a CGTEE ainda não se mostrou sensível ao ponto de agilizar este processo. Esperamos que isso aconteça no início do exercício de 2018, pois a arbitragem é fundamental para fazer todos os ajustes ao contrato, de maneira que haja um equilíbrio para as duas partes e, assim, evitar um colapso para ambas companhias. Um aspecto positivo para o setor carbonífero foi a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Projeto de Lei nº 191/2017 que cria a Política Estadual do Carvão Mineral e institui o Polo Carbonífero do Rio Grande do Sul nas regiões Sul – Campanha e Baixo Jacuí. Isso deverá atrair projetos para o setor carbonífero e também despertar investidores, com segurança jurídica e respeitando o meio ambiente. A expectativa é de que possa atrair investimentos estimados em R\$ 4,4 bilhões para o Estado. Um dos principais projetos na área do carvão ligado à CRM, que é o fornecimento de combustível para a Usina Termoeletrica ONE – Ouro Negro, está parado. A empresa não conseguiu investir para a construção da usina e, por isso, não participou do último Leilão de Energia. Mesmo com a possível retomada do crescimento que se espera para o ano de 2018, o cenário não aponta para que este projeto se concretize no curto prazo. A CRM vem negociando com a empresa Vamtec, do Espírito Santo, a possibilidade de parceria para a construção de uma planta de gasificação de carvão, com tecnologia americana. Essa tecnologia foge totalmente da utilizada até hoje com as térmicas de carvão, com menos emissões de poluentes, sendo totalmente inovadora no país. Enfim, 2018 será um ano muito desafiador para a CRM, tendo em vista a inconsistência no atual contrato de fornecimento de crvão para a CGTEE, sendo que obrigatoriamente passar por processo de arbitragem. Também, necessariamente, a Companhia terá que contar com os recursos oriundos do seu acionista maior, o Governo do Estado para que possa buscar um mínimo de equilíbrio, pagando fornecedores em atraso e dar continuidade ao Plano de Demissão Incentivada, necessário para adequar o quadro de pessoal ao novo tamanho da empresa e, assim, diminuir custos fixos com pessoal.

2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto - Em milhares de reais						
	2017	2016	Variações no passivo:			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Aumento/Redução fornecedores	4.296	(10.553)	
Prejuízo Líquido do Exercício	(31.826)	(17.001)	Aumento/Redução impostos e contribuições	(1.001)	861	
Ajustes:			Redução / aumento contribuições sociais a recolher	89	(3.184)	
Depreciações/Exaustões/Amortizações	7.897	7.861	Aumento outras contas a pagar	(2.860)	(1.404)	
Custo das baixas do ativo imobilizado	-	3	Transf. de Financiamentos de Longo Prazo para o Circulante	7.958	(2.226)	
Juros e Variações Monetárias ativas	(1.380)	(2.272)	Outras Adições ao exigível a longo prazo	(2.536)	(2.344)	
Juros e Variações Monetárias passivas	7.958	9.894	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(4.258)	4.275	
Provisão Reversão para contingências Cíveis/trabalhistas	272	5.911	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	
Provisão Reversões tributárias e outras	825	(433)	Caixa líquido das atividades de financiamento	-	-	
Provisão Juros s/Capital Próprio	12.455	13.656	Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	
Reversão Provisão Impairment	(253)	(292)	Imobilizado	(285)	(376)	
Lucro líquido ajustado	(4.052)	17.327	Investimento	(2)	(2)	
Variações no ativo:			Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(287)	(378)	
Aumento contas a receber de clientes	9.295	24.033	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(4.545)	3.897	
Aumento estoques	887	(291)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.484	2.587	
Aumento/redução outras contas	(7.452)	(11.213)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.939	6.484	
Aumento/Redução créditos tributários	1.778	(6.731)				

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2017						
	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro 2015	251.465	10.923	27.312	-	460	289.700
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)		460		
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		156				156
Realização da Reserva de Reavaliação			(2.403)	2.403		
Prejuízo líquido do exercício				(3.345)	(3.345)	
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio				(13.656)		
Reserva de Lucros						
Compensação de prejuízos			(14.570)	14.570		
Ajustes Exercícios Anteriores				(432)	(432)	
Saldos em 31 de dezembro 2016	251.465	10.619	10.339	-	460	272.423
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)		460		
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		157				157
Realização da Reserva de Reavaliação				(19.371)	(19.371)	
Prejuízo líquido do exercício				(12.455)		
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio						
Reserva de Lucros						
Compensação de prejuízos			(10.339)	10.339		
Ajustes Exercícios Anteriores				669	669	
Saldos em 31 de dezembro 2017	251.465	10.316	-	(20.358)	460	241.423

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017

2.5.1. Contexto Operacional: A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) convergidos as normas de contabilidade às normas internacionais de contabilidade. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07, pela Lei nº 11.941/09 e Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. A empresa aplica a política de curto prazo em seus clientes e fornecedores. Havendo algum evento diferente da política estabelecida e o efeito sendo considerado relevante em relação às demonstrações contábeis será ajustado pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente vem sendo aplicado em nossos depósitos judiciais, devedores por aquisição de imóveis, parcelamentos em tributos federais e provisões fiscais, trabalhistas, societárias. Base legal Lei nº 12.973/14 e NBC TG 12 e 30. **2.5.1.1 Eventos Subsequentes:** A autorização para emissão das demonstrações contábeis ocorreu na reunião de Diretoria realizada em 15/03/2018. **2.5.1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores:** Devido a imaterialidade do "ajuste" de R\$ 669 mil, as Demonstrações Contábeis não estão sendo reapresentadas conforme NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Tal ajustes tem origem em amortização da dívida do REFIS consolidada em 2015, ajustada em Tributos Federais (nota 2.5.13) no valor de R\$ 1068 mil; baixa de ação trabalhista empresa CCS Mineração Recuperação Ambiental no valor de R\$ 171 mil (2.5.13.1); variação monetária passiva na parcela do CFEM (nota 2.5.13) no valor de R\$ (135 mil); repasse UNIMED no valor de R\$ (423 mil) (2.5.13.2) e por fim, outros ajustes que totalizam R\$ (12 mil). **2.5.1.3 Moeda Funcional:** A moeda funcional utilizada pela Empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais. **2.5.1.4 Reserva de Lucros:** Não houve realização da reserva de lucros no ano de 2017. **2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis:** **2.5.2.1. Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. **2.5.3. Créditos Tributários:** **R\$ 48.447 mil (R\$ 42.267 mil em 2016), composto-se de:** a) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 0 mil (R\$ 6 mil em 2016); b) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 2.828 mil (R\$ 4.789 mil em 2016); c) PIS/COFINS retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 41 (R\$ 213 mil em 2016); d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 22.882 mil (R\$ 12.779 mil em 2016); e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 1.351 mil (R\$ 8.306 mil em 2016); f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 16.229 mil (R\$ 11.126 mil em 2016); g) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 5.365 mil (R\$4.466 mil em 2016), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido; h) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 251 mil (R\$ 582 mil em 2016); **2.5.4. Contas a Receber:** **2.5.4.1 Contas a Receber de Clientes:** Contas a receber de clientes R\$ 20.489 mil (R\$ 29.785 mil em 2016), tendo como valor mais relevante R\$ 17.109 mil (R\$ 28.472 mil em 2016) que representa saldo devedor no final do exercício da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE. No montante devido pelo cliente, R\$ 9.535 mil referem-se a glosas nos faturamentos, sendo que essas também estão no escopo da ação movida contra a CGTEE. **2.5.4.1.1 - 8º Termo Aditivo Contratual – CGTEE:** Face a assinatura do 10º Termo Aditivo junto a CGTEE, que está sob discussão e solicitação de uma arbitragem judicial, todos créditos oriundos da assinatura do 8º Termo Aditivo, ainda não quitados, foram transferidos para a conta 1.3.1.05.006 no Não Circulante, perfazendo o montante de R\$ 21.284 mil (R\$ 18.930 em 2016). **2.5.4.2 Demais Contas a Receber:** **R\$ 665 mil (R\$ 5.133 mil em**

2016), composto-se de: a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 160 mil (R\$ 535 mil em 2016); b) Aplicações Caixa Único - R\$ 0 mil (R\$ 1.738 mil em 2016); c) CGTEE 8º termo aditivo – R\$ 0 mil (R\$ 2.365 mil em 2016). *Reclassificação da conta 1.1.5.09.020 -CGTEE 8º termo aditivo circulante para a conta 1.3.1.05.006 – não circulante R\$ 2.365 mil em 2017, em função do 10º acordo – Aditivo Contratual CGTEE X CRM. d) Outros Valores – R\$ 505 mil (R\$ 495 mil em 2016); **2.5.5. Estoques:** Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	2017	2016
Carvão	1.592	2.483
Produtos Acabados	-	644
Produtos em Elaboração	1.592	1.839
Almoxarifado	9.715	9.711
Total	11.307	12.194

2.5.6 Despesas do Exercício Seguinte: Despesas do Exercício seguinte R\$ 58.412 mil (R\$ 55.716 mil em 2016), tendo como valor mais relevante R\$ 57.543 mil (R\$ 54.708 mil em 2016) que corresponde ao total de gastos ativados pelo avanço da área de descoberta (retirada das camadas de terra vegetal e estêreis), necessária para a efetiva extração do minério de carvão e que ainda não foi efetivada. **2.5.7. Empréstimos e Depósitos Compulsórios:** **R\$ 1.755 mil (R\$ 1.474 mil em 2016), tendo como valores mais relevantes:** a) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2016); b) Depósitos Trabalhistas – R\$ 843 mil (R\$ 617 mil em 2016); c) Garantia em Juízo – R\$ 195 mil (R\$ 135 mil em 2016). **2.5.8. Investimentos:** O valor total de **R\$ 104 mil** corresponde a: **R\$ 58 mil** em ações da subsidiária integral, **Companhia Operadora de Mineração - COM,** R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição. **2.5.9. Imobilizado e Intangível:** O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, observando o limite de cômputo direto no resultado conforme Lei nº 12.973/14 (art. 15), IN RFB nº 1.515/14 (art. 64) e NBC TG 27 (R3). Com base no ano de 2016, foi identificado novos prazos de vida útil em alguns bens produtivos, conforme laudo emitido por técnico habilitado da Companhia, que irá gerar um aumento na despesa de depreciação, atendendo a lei 12.973/14, IN RFB nº 162/98 e 130-99 e NBCTG 27(R3). a) Provisão para Perda: A Provisão para Perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de **R\$ 38.876 mil** constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. b) Provisão Perda por Impairment: Ao final de cada exercício a Companhia realiza análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. De acordo com a Lei nº 6.404/76, Lei 12.973/14, NBC TG (R3) 01 e 32 e deliberação CVM 527/07ª, mantendo coerência com os critérios anteriormente adotados, o teste demonstrou que o valor do ativo da unidade de Mina do Leão poderá não ser recuperável, sendo assim a Cia mensurou o montante dessa perda no valor de **R\$ 2.706 mil**. c) Reclassificação de ativos: Em decorrência de rescisão contratual referente ao arrendamento da Mina do Leão II, foram reclassificados, no ano de 2016, **R\$ 170.427 mil** para o ativo imobilizado da Cia. Tem sido muito difícil a perfeita avaliação dos bens deixados pela arrendatária após sua saída, mas a CRM tem trabalhado para o completo e correto levantamento do patrimônio dessa mina.

Demonstrativo do Investimento/Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2016	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2017	Taxas de depreciação anual em %
Investimentos	102	2	0	0	104	0
Subtotal	102	2	0	0	104	0
Terrenos e Terras	1.872	0	0	0	1.872	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.651	0	0	0	5.651	0
Prédios de Uso/Residenciais	12.388	101	0	0	12.489	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	3.701	0	0	0	3.701	0,03 a 6,81
Equip.de Produção	114.666	54	0	0	114.720	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.827	64	0	0	2.891	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	11.799	0	0	0	11.799	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.136	21	0	0	1.157	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	7.946	28	0	0	7.974	0,27 a 45,99
Instalações	18.174	0	0	0	18.174	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	478	0	0	0	478	3,71 a 100,00
Jazidas e Horto Florestais	11.043	0	0	0	11.043	0,19 a 2,50
Deprec./Exaustão Acumulada	(121.914)	0	0	(7.741)	(129.655)	0
Imobilização em Andam.	196.286	17	0	0	196.303	0
Bens Patrim. s/Operação	7.446	0	0	0	7.446	0
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	(38.876)	0
Provisão Perda Impairment	(2.959)	332	(79)	0	(2.706)	0
Subtotal	248.664	617	(79)	(7.741)	241.461	0
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	2.182	0	0	0	2.182	0
Amortiz.Acumulada	(935)	0	0	(155)	(1.090)	0
Subtotal	1.247	0	0	(155)	1.092	0
Total do Imobil.+Intangível	249.911	617	(79)	(7.896)	242.553	0
Total	250.013	619	(79)	(7.896)	242.657	0

Foi transferido para melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos. A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável. Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante. A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07. **2.5.10. Demais Contas a Pagar:** **R\$ 26.342 mil (R\$ 29.126 mil em 2016), composto-se basicamente de:** a)

Outras contas a pagar - R\$ 438 mil (R\$ 180 mil em 2016); b) Encargos sociais a pagar – R\$ 0 mil (R\$ 1.326 mil em 2016); c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 3.625 mil (R\$ 374 mil em 2016); d) Provisões para encargos sociais - R\$ 4.946 mil (R\$ 5.055 mil em 2016); e) Adiantamento de clientes - R\$ 17.230 mil (R\$ 22.114 mil em 2016); f) Termos de convênios – R\$ 47 mil (R\$ 26 mil em 2016); g) Retenções contratuais – R\$ 52 mil (R\$ 51 mil em 2016); h) Honorários e serviços terceiros – R\$ 4 mil (R\$ 0 mil em 2016). **2.5.11. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa. **2.5.12. Provisão para Contingências:** A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da

2.3.1.Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	2017	2016	Variação
Disponibilidades	1.939	6.484	(4.545)
Caixa	4	26	(22)
Disponibilidades em bancos	1.928	6.451	(4.523)
Aplicações financeiras	7	7	-
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.			

provisão para contingências para cobrir eventuais perdas julgadas prováveis que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	Provisões		Depósitos Judiciais	
	2017	2016	2017	2016
Passivo Não Circulante			Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	12.613	13.759	843	617
Fiscais	0	0	0	4
Cíveis	427	269	0	0
Total	13.040	14.028	843	621

Quanto ao processo nº 11.080.006.710/2004-59 referente ao pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, cuja provisão em 2015 era de R\$ 1.388 mil, a contingência fiscal se realizou no decorrer do ano de 2016, cujo valor foi consolidado e parcelado junto à SRF. **2.5.13. Tributos Federais a Recolher: R\$ 16.998 mil (R\$ 19.602 mil em 2016):** Deste total, **R\$ 13.842 mil (R\$ 16.057 mil em 2016)** refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa. Ressaltamos que no saldo de R\$ 13.842 mil não foi abatido a parcela mensal no valor de R\$ 99 mil, referente a amortização do parcelamento, uma vez que a quitação dá-se no último dia do mês. Considerando os benefícios obtidos pelo parcelamento administrativo do débito fiscal federal (conforme instituído pelo REFIS da Lei 11.941/09), e alcançados pela REINCLUSÃO por força da decisão favorável (em 2º grau), proferida no julgamento do recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança nº 5048981-80.2011.404.7100 – RS, o saldo devedor da presente dívida fiscal (consolidação concluída em 18/11/2015). No corrente ano, por conta de pedidos de compensação, a Secretaria da Receita Federal acatou e compensou no valor do REFIS a quantia de R\$ 1.068 mil provenientes de créditos de PIS e COFINS. A Companhia possui quatro parcelamentos de IRPJ que totalizam em **R\$ 83 mil (R\$ 83 mil em 2016)**. Três parcelamentos oriundos de uma fiscalização de ofício, por parte do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do período de 2008 a 2014. São eles os processos de cobrança: 910.323/2015, 910.324/2015 e 910.325/2015, totalizando **R\$ 809 mil (R\$ 880 mil em 2016)**. Dois parcelamentos consolidados em 2016, processo nº 11080.006.710/2004-59, no valor de **R\$ 983 mil (R\$ 1.146 mil em 2016)**; e o processo nº 11080.924.253/2016-10, no valor de **R\$ 224 mil (R\$ 259 mil em 2016)**, ambos parcelado em 60 vezes. Saldo da compensação financeira Lei 7.990/89 – CFEM de **R\$ 406 mil (R\$ 577 mil em 2016)**. Por fim, demais tributos **R\$ 750 mil (R\$ 600 mil em 2016)**. **2.5.13.1 Baixa de ação trabalhista:** O valor de R\$ 171 mil foi baixado da conta de fornecedores face a ação trabalhista que empregados da CCS Mineração Recuperação Ambiental logram êxito e a despesa haver sido lançada no ano de 2016. **2.5.13.2 Salários e encargos Sociais:** Transferido o valor de R\$ 423 mil, para resultado por falta de provisão no ano de 2016 referente repasse do plano de saúde UNIMED. **2.5.14. Patrimônio Líquido:** **2.5.14.1. Capital Social:** O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de **R\$ 251.465 mil (R\$ 251.465 mil em 2016)**, representado por 10.896.426 ações ordinárias (10.896.426 ações ordinárias em 2016), todas nominativas e sem valor nominal. O capital autorizado é de R\$ 418.593 mil (R\$ 418.593 em 2016). **2.5.14.2. Remuneração do Capital Próprio:** A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de **R\$ 12.455 mil**. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido. **2.5.14.3. Reserva de Reavaliação:** A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas facultou que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de **R\$ 10.316 mil (R\$ 10.619 mil em 2016)** líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda. A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de **R\$ 460 mil (R\$ 460 mil em 2016)**. **2.5.15. Demonstração do Resultado:** a) Receita Líquida: detalhamento da receita líquida.

	2017	2016
Receita bruta das vendas	126.699	169.915
(-) Impostos sobre vendas	(4.410)	(9.597)
(-) Devoluções de Vendas	(21.225)	0

b) Resultado Financeiro Líquido - R\$ (20.845) mil (R\$ 31.796 mil em 2016), esse valor corresponde ao resultado financeiro líquido R\$ (19.324); (R\$ (20.742) em 2016.) acrescido pelos ajustes do PLR no valor de R\$ (1.521), (R\$ (1.346) em 2016) conforme nota explicativa 2.5.21 que corresponde a R\$ (1.775) de abono por afastamento funcional e R\$ 254 (R\$ 292 em 2016) que é a reversão por Impairment. **2.5.16. Contribuição Social e o Imposto de Renda:** A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei nº 8.981/95. Não houve apuração de IRPJ e CSLL em 2017 e 2016. **2.5.17. Provisão para Impostos Diferidos:** Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	2017	2016
Reserva de reavaliação		15.594	16.054
Contribuição social	9%	1.404	1.445
Imposto de renda	15%	2.339	2.408
Adicional imposto de renda	10%	1.535	1.581
Provisão impostos diferidos		5.278	5

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto a confirmação dos saldos juntos as instituições financeiras; sobre o valor contábil da provisão para perda com “Ajuste a Valor de Mercado”, no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da Lei Estadual nº 10.900/96, seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral. Os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão; e quanto à rescisão contratual referente ao arrendamento da Mina do Leão II. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO - CRM. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto quanto ao comentado nos parágrafos Base para opinião com ressalva, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO – CRM a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de março de 2018.

UHY MOREIRA - AUDITORES - CRC RS 3717
JORGE LUIZ M. CEREJA - Contador CRC RS 43679 - CNAI N° 539
 Sócio - Responsável Técnico

6. Composição da Diretoria e Conselhos

Diretoria
Edivilson Meurer Brum (2) - Diretor Presidente
Ricardo Guimarães Moura (1) - Diretor Administrativo
Caio Flavio Quadros dos Santos (3) - Diretor Técnico

Neusa Kempfer
CPF 384.935.190-49
Arnaldo Woicichoski
CPF 474.614.030-87

Conselho de Administração

- **Membros Titulares**

Membros Titulares
Ricardo Guimarães Moura (1)
Mauri Nunes da Silva (1)
Vanderlan Frank Carvalho (1)
Adão Carlos Oliveira Flores da
Melissa Guagnini Hoffmann C
João Jacob Bettoni (5)
Edilson Muerer Brum (10)

- **Membros Suplentes**

Artur José de Lemos Junior (1)
Paulo Ricardo Salerno (1)
Romano Matias Guerra (1)
Daniel Lima Kieling (5)

Conselho Fiscal

- **Membros Titulares**

José Itagoré Poglia (7) - Presidente
João Ângelo Miron Neto (7)
Arnaldo Woicichoski (7)
Neusa Kempfer (7)
Sérgio de Medeiros Ilha Moreira (9)

- **Membros Suplentes**

Paulo Marques dos Reis (7)
Rosa Maria Riegel Bertolucci (7)
Leandro Sonne (7)
Rogério Nardeli Kohlrausch (8)
Carlos Roberto Rau (8)

- (1) Eleição e posse em 03.02.2015
- (2) Eleição e posse em 23.02.2015
- (3) Eleição e posse em 11.03.2015
- (4) Eleição em 22.04.2015 e posse em 29.04.2015
- (5) Eleição em 14.08.2015 e posse em 26.08.2015
- (6) Eleição e posse em 25.04.2016; reeleição 25.04.2017
- (7) Eleição e posse em 25.04.2016; reeleição 25.04.2017
- (8) Eleição em 18.07.2016 e posse em 21.07.2016; reeleição 25.04.2017.
- (10) Eleição e posse em 28.06.2017